

Journal da

APAFERJ



ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Fundada em 02/12/1981
R. Álvaro Alvim, 21/2º andar CEP:20031-010 - Sede Própria - Tel/Fax: (21)2532-0747 - 2240-2420 - 2524-6729 - MENSAL - ano XXX - Nº 319/dez. 12 - IMPRESSO

Alegria e Festa:

APAFERJ comemora o Natal e o início do Novo Ano



Tristeza e Saudade:

Morre Dr. Hugo Fernandes, ex-presidente da APAFERJ

Dr. HUGO FERNANDES, sob sua aparência de homem afável, justo e conciliador, era um místico e um romântico, autor de textos esotéricos e do livro *Devaneios do Amor*. Assim, apesar de haver ingressado nas brumas da Eternidade, ele estará espiritualmente presente nas nossas reuniões, nas nossas festas e nos nossos Congressos, porque a obra que construiu transforma o homem em monumento, majestoso e indestrutível, continuando integralmente vivo na nossa Lembrança e na nossa Saudade, bem como nos inspirando a permanecer firmes e fortes na longa e exaustiva guerra em prol do conseguimento dos nossos relevantes e justos objetivos. Muito obrigado, Dr. HUGO FERNANDES, o bravo Samurai da Bahia.





Márcio Alemany - Presidente

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Fatos ou Boatos?

São passados mais de cinquenta anos presos na memória de uma expressiva maioria de Advogados Públicos que tiveram a honra de construir a Advocacia Pública hoje conhecida. Durante todo este espaço de tempo não se ouviu falar em venda de pareceres ou de descompromisso com a seriedade do que tinha que ser realizado. Todos tinham e viviam o espírito da brasilidade. Sempre houve um ardor e demonstrado interesse público, fomos tribunos e lutávamos na crença de que sempre deveríamos fazer o melhor para o Estado e para a

Cidadania e sempre observamos os passos de todos os governos e suas propostas para a implantação de projetos ou de programas para as atenções sociais e econômicas, cuidando do indispensável apoio jurídico que permitisse total segurança à firmeza desses passos. As decisões a serem tomadas, qualquer iniciativa, por menor importância que tivesse, eram postas em prática após a severidade do exame jurídico nas diversas procuradorias existentes. Sempre soubemos dos riscos dos apressamentos ou das cobranças repetidas, por vezes impertinentes, que pudessem ou evidenciassem manifestações de interesses pouco explicitados. Tudo nos

preocupava, poderia ser entendido por excesso de zelo ou até mesmo desconfiança. Achamos que as coisas não mudaram por todos esses anos. Nosso orgulho e nossa honra em fazer o mais digno e correto permanece. Novas levas foram chegando, com Advogados também aprovados em concurso, sempre em máximo nível de exigência, tão importante quanto ao que é realizado para a Magistratura ou para o Ministério Público. Sentimo-nos como um cartão postal que pode ser exibido sem mácula por todo e qualquer governo. Mantivemos nossas tradições de competência, seriedade e honradez no trato das causas públicas. Embora tenhamos ainda uma

remuneração bastante injusta em face do que realizamos e, também, elencados no capítulo constitucional dos que também exercem as funções essenciais à justiça, nos animamos com o que sempre fizemos na defesa dos interesses do Estado e da Cidadania. Somos os defensores perpétuos do Patrimônio Público e, ainda, por toda importância, permanentemente, defendemos os Estado Democrático de Direito. Não toleraremos qualquer pecha que nos atinja para nos desdourar ou ameaçar nossa fundamental e efetiva contribuição à nossa sociedade e ao Povo Brasileiro, pois a nossa história nos enche de orgulho e não nos permite acreditar que

algum dos nossos tenham tido um cometimento tão nocivo e vergonhoso de ter vendido qualquer parecer para benefício escuso ou obscuro de qualquer interesse próprio dos vendilhões da Pátria, dos gatunos ou oportunistas de plantão, dos nojentos que tentam enlamear a Nação e levar ao descrédito os que, por todo o tempo de nossa história, têm realizado um serviço público com toda a lisura e a seriedade que todos merecem. Que parem os boatos e as informações imprecisas e sem provas. Que vasculhem ou apurem com todo o acerto e a seriedade para que se encontre a verdade e os verdadeiros culpados que não queremos acreditar que possam existir. ●

ATENÇÃO! Censo de inativos começa em 1º de março

O recadastramento de cerca de 710 mil servidores federais civis do Poder Executivo inativos, pensionistas e anistiados políticos já tem data para começar: 1º de março. Eles serão convocados no mês de aniversário, quando deverão comparecer a qualquer agência dos

bancos nos quais recebem os salários (*Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou Banco de Brasília*). Mesmo quem não for correntista de nenhuma dessas instituições poderá procurá-las para se recadastrar. Será preciso levar o CPF e um documento de identidade com foto.

O servidor que estiver com alguma doença grave ou impossibilitado de se locomover poderá agendar uma visita domiciliar pelo telefone 0800-978-2328. A campanha de divulgação do censo começa no próximo mês, quando o governo federal vai enviar cartas a todos os que tiverem de

atualizar seus dados. No mês anterior ao do aniversário, uma outra correspondência será remetida.

Quem não comparecer no mês do aniversário receberá uma outra carta, esta com aviso de recebimento, dando mais 30 dias de prazo para fazer o recadastramento nos

bancos. Se ele não responder a essa segunda chamada, o benefício será suspenso. Para voltar a recebê-lo, o servidor deverá atualizar seus dados apenas em seu órgão de lotação. Os nascidos em janeiro e fevereiro farão o censo em 2014.



Ney Machado - Procurador Federal, Prof. da UFF e Membro do IAB.

Moralidade X Corrupção

sua obra sobre os aspectos da moralidade, leciona:

“Muito embora não se cometam faltas legais, a ordem jurídica não justifica no excesso, no desvio de conduta, no arbítrio, motivações outras que não encontram garantia no interesse social geral, público e necessário o que se quer defender é a lisura ou a exaço nas práticas públicas”.

Dessa forma, quando os agentes públicos ou políticos no exercício de suas competências, agem em afronta aos princípios e deveres inseridos na moralidade e atingem, ou se contrapõem, aos interesses sociais que deveriam atentar, ficam sujeitos às sanções previsíveis na legislação administrativa, penal e civil.

Esquecem os atravessadores do interesse público que a atividade funcional comporta a satisfação e relevância do interesse social.

L. Bugeois enfatiza: “Não é então, entre o homem e o Estado ou a sociedade que se opõe o problema do direito, do dever e da ética; é sim

entre os homens concebidos como associados a uma obra comum, objeto do bem comum, e obrigados uns com os outros na tarefa do atingimento dos interesses coletivos.”

Ao passo que a corrupção é a perversão física ou moral em detrimento dos interesses sociais.

Observe-se, também, que na língua portuguesa o corrupto surge como o devasso, o adulterado, o pervertido, e desmoralizado, apesar de, algumas vezes, numa demonstração imoral, dizem-se inocentes, tentando através de uma falsa cortina ludibriar os menos atentos.

A doutrina e a sociologia apontam o referido delito como latente na própria existência humana, ao lado de tantas outras mazelas.

O objeto material consiste na solicitação, no receber ou até aceitar, vantagens indevidas em razão da função.

Vê-se, pois, que o agente mercadeja com sua função ao fazer de sua competência um verdadeiro balcão de negócios.

O Mestre Magalhães Noronha leciona que: “A corrupção, pelo modo definido em nossa legislação é sem sombra de qualquer dúvida um crime de tentativa, pois basta que o agente receba ou solicite vantagem, principalmente através de reunião de pessoas, formando um todo, uma associação”.

De todo exposto, sobressai a necessidade de acompanhamento por parte da sociedade, da imprensa livre sem qualquer barreira ou impedimento, do Parquet e dos próprios Tribunais de Contas.

Na realidade o que se deseja é o imperioso e necessário respeito ao direito de cidadania.

Cabe-me, também, lembrar a lição de nosso saudoso colega Moacyr Félix, quando espelha a nossa realidade em seus versos, *in verbis*:

“Quereis vê-los esponjosos a grudar na face sua cor mais desumana, jogai cor de poder ou de dinheiro nos olhos frios como esquifes dos que se separaram do amor, da moral, da ética e dos compromissos assumidos”.

Você sabia?

VAI TOMAR BANHO:

Em “Casa Grande & Senzala”, Gilberto Freyre analisa os hábitos de higiene dos índios versus os do colonizador português. Depois das Cruzadas, como corolário dos contatos comerciais, o europeu se contagiou de sífilis e de outras doenças transmissíveis e desenvolveu medo ao banho e horror à nudez, o que muito agradou à Igreja. Ora, o índio não conhecia a sífilis e se lavava da cabeça aos pés nos banhos de rio, além de usar folhas de árvore pra limpar os bebês e lavar no rio as redes nas quais dormiam. Ora, o cheiro exalado pelo corpo dos portugueses, abafado em roupas que não eram trocadas com frequência e raramente lavadas, aliado à falta de banho, causava repugnância aos índios. Então os índios, quando estavam fartos de receber ordens dos portugueses, mandavam que fossem “tomar banho”.

O moralismo como sistema filosófico que trata exclusivamente dos costumes, deveres e modo de procedimento dos homens para com suas obrigações com seus semelhantes, obriga o respeito à ética nas relações quer públicas, quer privadas.

Assim, o tema sobre a moralidade encontra-se disposto na Constituição em seu artigo 37.

O vernáculo moral faz parte dos bons costumes e principalmente dos deveres dos agentes públicos e políticos.

Registre-se, pois, que a moralidade assume elemento principal na formação do Direito, colocando-se como superprincípio.

A violação do princípio em foco implica, por si só, a apuração da irregularidade do fato em si.

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, em

Com poema inspirado no pai, estudante ganha olimpíada

Um estudante de José da Penha, cidade do Rio Grande do Norte com cerca de 6.000 habitantes, foi um dos vencedores da Olimpíada de Língua Portuguesa.

Neste ano, o evento teve participação de cerca de três milhões de alunos, vindos de 40 mil escolas públicas.

Henrique Oliveira, 12, é filho de vaqueiro e escreveu um poema (*veja trecho abaixo*) inspirado no pai. (“Chapéu de couro e gibão,(...)/ Tudo artesanal./ Ofício de meu pai,/ Vaqueiro magistral.”)

Ele tem seis irmãos e a escola onde estuda, a Ariamiro Germano da Silveira, tem 120 alunos. E o futuro? “Acho que vou continuar com poesia mesmo. Ou ser jogador de futebol”, disse Henrique.

A olimpíada foi coordenada pelo Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária–, em parceria com o Ministério da Educação.

Vinte alunos de todo o país participaram da premiação.

Além de poema, a olimpíada premia memórias, crônicas e artigo de opinião.

O prêmio é avaliado por profissionais de educação de todo o país. O aluno vencedor ganha um notebook e uma impressora. Professor e escola também são premiados.

O Cenpec promove seminário na Vila Madalena (zona oeste de São Paulo) para comemorar seus 25 anos. O “Educar na cidade”.

O seminário reunirá especialistas, entre eles a ex-ministra Marina Silva (Meio Ambiente) para discutir ações educativas voltadas à sustentabilidade.

A ONG desenvolve projetos de parcerias educativas e de formação de gestores.

Maria Alice Setubal, fundadora do Cenpec, diz que o centro foi fundado buscando fazer a ponte entre a discussão teórica da universidade com as escolas públicas.

Trechos do Poema – “Ô DE CASA?!”

*“[...] O vaqueiro solta a voz
No oco do mundo,
Com seu aboio triste,
Em poucos segundos,
Encanta gente e gado.
“eita” aboio profundo!*

[...]

*O sertanejo anseia
Uma visita em nossa terra,
Faz as honras da casa
E ansioso espera,
São José intercede
E o povo por ela reza.*

[...]

*Este ano a visita
Raramente se aconchegou,
Sua ausência causou tristeza
E o nosso sertão chorou,
Nem as lágrimas derramadas
O chão seco molhou.*

[...]

*Espero que os bons ventos
Fluam em nossa cidade,
Visitem José da Penha
Sem nos deixar saudade,
Tragam-nos boa-nova
Espalhando prosperidade.*

*Enquanto espero a visita
Você pode entrar,
Também é meu convidado,
Pode se aproximar
Nossa essência permanece
Sinta... Está no ar!”*

UM GRANDE HOMEM E SUA PEQUENA CIDADE



O Dr. Hugo Fernandes nasceu na Cidade de Nazaré das Farinhas, no recôncavo baiano. Não é uma cidade grande, pelo contrário, é pequena e modesta. A sua economia não vem da produção da farinha como o nome pode sugerir, e sim da pesca artesanal e da cerâmica cabocla conhecida como cerâmica de caxixi.

Embora seja uma cidade praieira, não tem cenários tipo “cartão postal”. Nazaré das Farinhas sofre pelo fato de ser vizinha da famosa e

paradisiaca Ilha de Itaparica, imortalizada pelo escritor itaparicano João Ubaldo.

Mas foi nesta pacata cidade que o Dr. Hugo Fernandes nasceu e viveu a sua infância, fez os seus estudos iniciais no liceu da cidade, em regime interno, e o seu grande orgulho e até uma ponta de vaidade foi ter integrado a filarmônica do colégio, tocando bombardino.

Assim foi a infância do Dr. Hugo Fernandes, na sua Nazaré das Farinhas, que tanto amava e se orgulhava de nela ter nascido. Mas depois da sua luta e vitoriosa carreira no Rio de Janeiro, Nazaré das Farinhas é que deve se orgulhar do seu filho: Dr. Hugo Fernandes.

“Sócrates é meu amigo, mas sou mais amigo da verdade.” Aristóteles

“Deve-se temer mais o amor de uma mulher, do que o ódio de um homem.” Sócrates

“Aprender sem pensar é tempo perdido.” Confúcio



Allam Soares
Procurador Federal

“A principal vantagem da justiça é tornar inútil a força.”

O Supremo Tribunal Federal que, inicialmente, era denominado Supremo Tribunal de Justiça e se originara da Casa de Suplicação do Brasil, foi criado em 1808, pelo Príncipe Regente. Seu reconhecimento popular resultou do célebre julgamento de um Desembargador maranhense, o qual, alegando ter agido por amor, esfaqueou uma jovem. O acusado não se arrependeu de seu ato e afirmou que o amor guiou sua mão, o que não impediu sua condenação à prisão perpétua. Com a República, o Supremo Tribunal de Justiça passou a denominar-se Supremo Tribunal Federal e seus

juizadores a serem chamados de Ministros. Foi uma verdadeira guerra a transferência dessa Corte do Rio de Janeiro para Brasília, pois se afirmava, então, que isso era uma tentativa de blindar os Ministros do controle social. A mudança foi aprovada, apesar da resistência e da oposição dos Ministros Luiz Galloti e Ribeiro da Costa. Esse Tribunal era integrado por luminares do Direito, sem a influência da política dominante. Até 1934 era suficiente notável saber, mas a indicação de um médico e dois generais fez com que se acrescentasse ao notável saber o adjetivo jurídico. A essa exigência somou-se a reputação ilibada, já que tais Ministros eram integrantes do mais elevado Poder Nacional. Esse histórico vem a propósito da posse do Ministro Joaquim Barbosa na Presidência dessa Corte. Tem sido destacada a condição de primeiro negro nessa função, mas não é esse o diferencial mais importante, pois esse digno Juizador,

além de brilhante currículo, tem tido relevante e destemida atuação, nem sempre apreciada por alguns integrantes dos Poderes da República. Em sua posse, festejada por algumas personalidades brasileiras, não foram registrados grandes elogios nem contou com grande participação da classe política brasileira. Registre-se que, por ser Presidente da Suprema Corte, ele é, automaticamente, conduzido à Chefia do Conselho Nacional de Justiça, que fiscaliza a conduta de todos os Juizes e Tribunais. Por isso que, por certo, esse ilustre Presidente já solicitou à sua assessoria um levantamento das ações de corrupção e impunidade administrativas e que tramitam na Corte Suprema. Quer, também, Sua Excelência acabar com a simples publicação das iniciais dos investigados, dando plena publicidade aos processos, salvo em casos de interesse público, e exposição de dados financeiros

personais dos investigados. Objetiva, ainda, pôr um ponto final no nepotismo e impedir influências políticas no julgamento dos processos, afirmando em seu discurso de posse: “É preciso reforçar a independência dos julgadores. Afastá-los desde o ingresso na carreira das múltiplas e nocivas influências que podem, paulatinamente, minar-lhes a independência. Quero uma Justiça célere, efetiva e justa, sem rapapés.” O Presidente Joaquim Barbosa quer, portanto, extirpar a “desigualdade da Justiça”, inserindo, efetivamente, o Judiciário nos fundamentos da democracia. Ao contrário, a chamada razão de Estado, que surgiu no Renascimento e foi determinante no período absolutista, caracterizou-se, principalmente, como a força e a astúcia a serviço do poder político. Foi contra isso que adveio, no século XVIII, a democracia moderna, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Desde então, exige-se do Poder Público o comprometimento com a verdade e o respeito a básicos princípios democráticos. O Presidente Ayres Britto se caracterizou como um defensor da Liberdade e do Equilíbrio. O atual Presidente, pelo que se tem visto, deixará inscrita a imagem da Indignação.

PS: Já desejei aos colegas um Natal Feliz. Desejo, agora, que no ano vindouro, como cidadãos, não se vejam desamparados da digna e eficaz tarefa desenvolvida pelo Ministério Público contra a corrupção e o crime organizado. Essa ameaça vem através da PEC 37/2011, que, na prática, impede o M.P. de realizar investigações criminais diretas. Essa “inovadora” restrição não existe nos países democráticos e seria deplorável que passássemos a integrar o pequeno grupo de países que não permitem essa indispensável atuação.
Allam

AGU garante ressarcimento de R\$ 2,6 milhões desviados da Marinha Mercante em esquema fraudulento

A Advocacia-Geral da União (AGU) assegurou, na Justiça, bloqueio de bens e afastamento de três servidores da Marinha Mercante Rio de Janeiro, órgão vinculado ao Ministério dos Transportes, envolvidos em ações de fraude e desvio de dinheiro dos cofres públicos. Ao todo a atuação do grupo gerou um prejuízo de R\$ 2,6 milhões.

A Procuradoria-Regional da União (PRU2) explicou que os servidores tinham atribuições diretamente relacionadas à cobrança do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e teriam se apropriado de quantias desviadas.

De acordo com os advogados da União, os servidores entravam em contato com empresas que estavam com pendências no pagamento do adicional e solicitavam a quitação sob ameaça de inscrição do nome da entidade

na Dívida Ativa da União e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin). As quantias eram depositadas na conta da FHS Serviços Marítimos e Logística de Transporte LTDA. e posteriormente dividida entre os envolvidos.

A PRU2 destacou que foi constatado um desfalque de R\$ 2.697.671,20 do Fundo da Marinha Mercante, após processo apuração do Ministério Público Federal (MPF) do Rio de Janeiro e de Tomada de Contas Especial realizada pelo Ministério dos Transportes.

Os advogados da União informaram, ainda, que durante as investigações, o Ministério Público Federal encontrou documentos de cobrança do AFRMM extraviados da Marinha Mercante na casa de um dos acusados. Eles afirmaram que os

servidores descontaram vários cheques com valores equivalentes a quantia desfalcada dos cofres públicos.

Diante dos fatos, a PRU2 ajuizou ações de improbidade administrativa, com pedido de indisponibilidade de bens, com o objetivo de assegurar a reparação de eventual dano aos cofres públicos. Foi solicitado, também, na ação o afastamento dos servidores dos cargos. Além disso, a Procuradoria explicou que existe fortes indícios de enriquecimento ilícito ou dano e dilapidação do patrimônio público.

Ao analisar o caso, a 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro acolheu os argumentos da AGU. Inconformado, um dos servidores recorreu ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) alegando que as medidas de bloqueio de bens e

afastamento dos cargos antes de sentença definitiva da Justiça Criminal seriam ilegais.

A Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por unanimidade, negou o pedido do servidor e ratificou decisão de primeira instância mantendo todas as restrições aos servidores.

AFRMM

O Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante tem a finalidade de atender aos gastos da intervenção da União no apoio ao desenvolvimento do órgão e da indústria de construção e reparação naval brasileiras, constituindo fonte básica do Fundo da Marinha Mercante. A taxa incide sobre transporte aquaviário da carga descarregada em porto brasileiro. A quantia é recolhida diretamente no Banco do Brasil.

Procuradores asseguram suspensão de atividade de associação que comercializava seguro de veículos sem autorização da Susep

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu, na Justiça, impedir que a Associação Apoio Car - Clube de Benefícios de Vantagens de Minas Gerais continuasse atuando ilegalmente no mercado de seguro privado de veículos. A empresa não tinha autorização da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para exercer a atividade.

A Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais (PF/

MG) e a Procuradoria Federal junto à Superintendência (PF/Susep) entraram com Ação Civil Pública para que a associação fosse impedida de anunciar e ofertar qualquer modalidade contratual de seguro, em todo o território nacional.

As unidades da AGU solicitaram, ainda, que a empresa fosse expressamente proibida de obter novos consumidores, bem como de renovar os contratos atualmente em vigor, além de

suspender a cobrança de valores de seus associados e ser obrigada a encaminhar correspondência a eles informando o teor da decisão e publicá-la em destaque na página inicial de seu site, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

Os procuradores federais argumentaram que a Associação estaria comercializando contratos de seguro sem prévia autorização da agência e sem a observância dos requisitos legais

exigidos das operadoras de seguros privados. Sustentaram, ainda, que a atuação da empresa representa concorrência desleal e crime contra o sistema financeiro, podendo provocar sérios danos às empresas que atuam no mercado de forma lícita.

O pedido de liminar das unidades da Advocacia-Geral foi deferido pela 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Festa de Confraternização Natalina

No dia 7 de dezembro, a APAFERJ reuniu no salão de festas do Real Astória, em Botafogo, diretores, associados, parentes e amigos para a tradicional confraternização de final de ano.

Os convidados puderam degustar um delicioso buffet, e brindar com diversos drinks preparados na hora pelo barman, além do tradicional chopp, whisky, vinhos, refrigerantes e cocktail de frutas.

A animação ficou por conta da orquestra e do sorteio de brindes, mais uma vez comandado pelo incansável Dr. Miguel Paschoal.

Desejamos a todos que 2013 seja repleto de realizações e contamos com a presença de todos na próxima festa.



Mais flashes da Festa



de Confraternização



AGU economiza e arrecada aos cofres públicos R\$ 32,8 bilhões em 2012 e assegura a implementação de políticas públicas

A atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) gerou em 2012 uma economia e arrecadação de R\$ 32,8* bilhões aos cofres públicos. Esse dado faz parte do levantamento realizado pela Instituição sobre o trabalho dos membros das carreiras jurídicas e servidores administrativos em temas como o combate à corrupção, conciliação, assessoramento jurídico junto aos órgãos dos Três Poderes e a garantia de implementação e manutenção de políticas públicas.

Com o trabalho dos 8 mil advogados públicos entre advogados da União, procuradores federais, procuradores da Fazenda Nacional e procuradores do Banco Central, bem como dos mais de 4 mil servidores administrativos da AGU, foi possível protocolar 316 ações regressivas para reaver mais de R\$ 13 milhões aos cofres do INSS por empresas que descumpriram normas de segurança no

trabalho, acompanhar 3.932 ações, em que a União é parte, relativas a 74 empreendimentos de Programa de Aceleração do Crescimento, e apresentar 337.481 manifestações consultivas.

Para o Advogado-Geral da União, ministro Luís Inácio Adams, o ano de 2012 foi ainda um período marcado por desafios institucionais. “Diante de irregularidades, a Instituição tem sido rigorosa na sua apuração, instaurando sindicâncias para investigar conduta de servidores da AGU; suspendendo documentos suspeitos; realizando correições nas unidades da AGU e nos seus órgãos vinculados; e aplicando penalidades quando comprovadas as irregularidades em processos disciplinares”.

Em 2012, a AGU instituiu a Comissão de Ética Pública, regulamentou a realização de reuniões, audiências e consultas, e estabeleceu novas regras para a nomeação em cargos comissionados e

funções de confiança. “A importância dessas medidas está no fato de que a AGU é uma Instituição que atua em um país de dimensão continental que conta com pouco mais de 1.000 unidades espalhadas pelo país, com um contingente de 12 mil pessoas que tratam de processos e consultas de grande relevância jurídica, política e econômica”, reforçou Adams. No ano passado, foram instaurados 78 Processos Administrativos Disciplinares, seis membros das carreiras jurídicas foram demitidos e outros 14 suspensos.

Conciliação

A conciliação é utilizada na AGU como instrumento para redução de ações judiciais entre órgãos do Estado e a sociedade. Entre as principais ações realizadas nessa área em 2012 destacam-se a realização de quase 84 mil acordos pelos procuradores federais envolvendo, principalmente, questões previdenciárias, sendo

pago R\$ 529,3 milhões e economizado R\$ 282,2 milhões. Em um único mês foram celebrados 1.392 acordos, pelo Projeto Mutirão de Conciliações, pelos advogados da União, referente ao pagamento de verbas salariais, gerando economia de R\$ 23 milhões aos cofres públicos.

Em 2012 a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), unidade da AGU, obteve êxito na conciliação de assuntos em diversas matérias como em infraestrutura. Foram realizadas também 33 conciliações envolvendo disputas entre órgãos do Estado.

Combate à corrupção

A partir do ajuizamento de ações, a Instituição tem conseguido reaver verbas desviadas dos cofres públicos, assegurando um novo perfil em defesa da União, focado na efetiva recomposição do patrimônio público. Em 2012, a AGU

conseguiu realizar acordo judicial para reaver R\$ 468 milhões desviados pelo Grupo OK com penhora de 1.200 aluguéis da empresa, repatriou US\$ 1 milhão de conta bancária em Nova Iorque, no caso ligado ao escândalo Banestado e restituiu US\$ 6,8 milhões de conta bancária na Suíça do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto.

Foram ajuizadas pelo Grupo Permanente de Combate à Corrupção 1.902 ações com expectativa de ressarcimento de R\$ 1 bilhão e 104 ações pelos procuradores federais para o ressarcimento aos cofres públicos em uma campanha de mobilização pelo Dia Nacional de Combate à Corrupção, com expectativa de ressarcimento de mais de R\$ 69 milhões. Além disso, a AGU realizou 191 bloqueios e 143 penhoras de bens, que atingem a marca de R\$ 244 milhões e 447 acordos para pagamentos em cobrança e recuperação de créditos da União.

As diferentes realidades que vivemos



Carmen Lucia Vieira Ramos Lima
Procuradora Federal

Voracidade. O ano de 2012 foi realmente “real”? Para quem ama o calor, nossa, foi “demais”. Às vezes parecia que uma nuvem quente e pesada abarcava a rua, as calçadas e o ar sufocavam. A respiração ficava difícil e, quando se abria a boca para apreciar uma sobremesa gelada, era como se fosse um micro-ondas dissolvendo um sorvete. O calor “derretia” a própria expressão facial: caras de desânimo, como se fosse o frio da Sibéria! E como estava frio por lá! Os turistas que aqui apareceram, vindo daquelas paragens, fugindo, que o digam... São extremos insuportáveis de temperatura.

Entretanto, o espaço sideral foi mais do que nunca a grande estrada usada por gente de todos os cantos do mundo, buscando novos recantos para

viver momentos únicos, de maravilhosa sensação de bem-estar, trocando seus “aconchegos” para sentir momentos que tornam a vida inesquecível, que deixam na alma a sensação de ter participado do maior banquete já oferecido, de ter assistido ao maior espetáculo da Terra... Fogos de artifício, champagne, abraços, promessas de vida, de longevidade, de paz. Ah, está na internet, nas redes sociais... tantos votos, tanto comprometimento. Alívio? Momento de superação? Que se quer deixar para trás? Vida de tristeza, perdas, momentos esperados que não se concretizaram, mas, e a esperança? Será que “agora vai ser diferente”?

Ditado popular: “De ilusão também se vive”. Vida de ilusão, de falsidade, de esperteza, de cambalacho, de acreditar e dizer “já vi este filme”, mas também, de esperar. O fermento trabalha na massa do pão nosso de

cada dia... Pão é vida. É sustento. É talvez o alimento mais velho já registrado nos livros. Sempre vivo, sempre atual, indispensável.

E o “mundo do faz de conta real”? Viver a vida em forma de shows? Mistura de teatro e atividades quotidianas tipo café/almoço/trabalho/jantar, entremeando jogos, prêmios, brindes, coisas que só programas de televisão, cinema, publicidade mantêm.

O canteiro de obras do Rio, as maquetes nas revistas falam à imaginação. Será que vamos reprisar a Broadway (New York/EUA) no Rio? Um “boom” de construção de “torres” com arquitetura desafiadora àquelas dos Emirados Árabes, e de outros tantos lugares, grandes e elegantes prédios comerciais e mistos! Enquanto não se tornam cartões postais, tudo isso só é ainda um grande e feérico transtorno de máquinas, entulhos, trânsito difícil etc. etc. Esperar.

Assim, como formigas andarilhas, os

Reflexões:

-Vida louca, loucura de vida. Nosso tempo desvairado?

-Ilusão, realidade virtual, **reality show**. *Surreal?*

-Viver a vida em um só momento. Um só momento que vale uma vida. Prender a vida ou o momento?

-Preservação do ser, maneiras de ser, condições de vida, vida profissional. Dimensões de como pensar a vida?

-Vida e circunstância.

turistas se mandam para todas as bandas.

Durante o ano inteiro. “De repente, não mais que de repente...”, disse o poeta, pode se prender um pedaço daquele momento de vida, colocando-o no escondidinho de lembranças, como faz o artista minimalista, ao pintar num único quadro um número sem conta de pedacinhos, momentos de vida, que ali ficam retidos e que, recriados, de maneira surreal, parecem dinâmicos, vivos.

Viver e se rodear de vida. Vida e circunstância. Algo me

diz que a todo instante desfazemos, transformamos, recriamos momentos, também guardamos e geramos mais vida, como fonte que somos de uma obra monumental e universal. Então estamos interagindo com tudo e todos, sempre. Somos atores de uma realidade única, indivisível como o Sonho, Cruel como o pior Senhor de Escravos e Doce como a mais ingênua face da Esperança. Ah, também Amarga como um bom chá para o fígado... para revigorar os propósitos em 2013. ●

Procuradoria no RN comprova validade do pagamento de benefícios a ex-funcionário da extinta Rede Ferroviária Federal

A Advocacia-Geral da União (AGU) evitou pagamento indevido complementação de benefício pago pelo Regime Geral de Previdência recebido por funcionário aposentado da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). Os advogados da União confirmaram a legalidade do pagamento de todas as diferenças devidas ao ex-ferroviário.

O funcionário aposentado ajuizou contra a União e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recebimento de complementação de

aposentadoria equivalente ao que foi pago aos ferroviários em atividade. Segundo alegou, este teria recebido pagamento menor do que era devido, pois foi reconhecida a existência de diferença para os ferroviários da ativa, logo, os aposentados também teriam direito.

Em sua contestação, a Procuradoria da União no Rio Grande do Norte (PU/RN) sustentou que foram pagas todas as diferenças previstas nos vencimentos dos empregados da empresa Valec S/A,

sucessora trabalhista da extinta RFFSA, para os fins da complementação de aposentadorias e pensões previstas na Lei nº 8186/91, em valores atualizados até a data de seus pagamentos.

Os advogados da União reforçaram a existência da prescrição quinquenal do pedido em questão para reajustes concedidos em 2004, 2005 e 2006, que não poderia se prolongar pelo tempo. Segundo eles, a Administração não pode ficar à mercê de pronta anulação de

seus atos pelo Judiciário por tempo indeterminado, pois violaria a estabilidade, segurança e ordenamento jurídicos.

Além disso, de acordo com a unidade da AGU, foi comprovado que o autor estava regularmente cadastrado no sistema de concessão de complementação de aposentadorias e pensões dos ferroviários, recebendo benefícios equivalentes às remunerações dos cargos que ocupavam como se estivessem em atividade na RFFSA.

Ao decidir a questão, a 3ª Vara Federal acolheu os argumentos da AGU e julgou improcedente o pedido por entender que não há documentação que demonstre que a parcela da complementação não vem guardando a paridade com os servidores da ativa.

A decisão destacou que a União afirmou que tais valores estão sendo devidamente pagos ao ex-funcionário, e àqueles relativos à complementação e atrasados dos dissídios coletivos foram pagos.

Advogados comprovam ineficácia de casamento para fins exclusivamente previdenciários

A Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou a nulidade de casamento realizado exclusivamente para fins previdenciários. Os advogados da União comprovaram que seria indevida a concessão pela União de pensão por morte a viúvo de ex-servidora da Justiça Federal na Paraíba.

A Procuradoria da União no Estado da Paraíba (PU/PB) propôs ação para suspender o casamento, ocorrido em 2005, uma vez que a ex-servidora tinha 78 anos e estava acometida de Mal

de Alzheimer, sem qualquer capacidade de consentimento, conforme atestado por laudos médicos. Por outro lado, o marido, 52 anos mais novo, se encontrava com 26 anos de idade, o que sugere a existência de união meramente formal, pois, segundo a Procuradoria, o matrimônio foi efetuado apenas para obter vantagem com o recebimento de pensão vitalícia.

De acordo com a Procuradoria, mesmo com o matrimônio, a servidora, falecida em

2009, havia assinado procuração pública a outra pessoa que residia com ela. Esse fato demonstra a ausência de mútua assistência em relação ao esposo, que não comprovou que o casal possui vida em comum, o que configura a hipótese de falta de eficácia do casamento, de acordo com o Código Civil.

Além disso, os advogados da União ressaltaram que a própria seguradora sequer incluiu o suposto companheiro como dependente em

qualquer sistema que confirmasse que levavam uma vida juntos. “Não há dúvidas que o casamento simulado entre jovem saudável e pessoa de idade avançada e doente para fins de benefício previdenciário viola o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, previsto na Lei 8.112/90”, destacou a defesa da União.

A sentença de 1ª instância acatou os argumentos da AGU e julgou procedente o pedido, tornando sem efeito o casamento para

fins exclusivamente previdenciários e desobrigando a União do dever de conceder pensão por morte ao réu.

O autor ainda apresentou recurso de apelação, entretanto, conforme constou no processo, ao ler a sentença, se convenceu dos seus fundamentos jurídicos e informou que não desejaria dar prosseguimento ao recurso. A desistência da apelação foi homologada por decisão judicial e o processo transitou em julgado.

O Réveillon

Todos os anos no mês de dezembro, a APAFERJ promove um grande evento para comemorar o Natal e o Réveillon, que intitulamos “*Noite de Confraternização*”.

Todos comemoram o Réveillon, palavra que já está incorporada ao nosso dicionário, mas poucos sabem da sua origem e etimologia, vamos saber:

O termo “Réveillon”, do francês “Réveiller” (despertar), é usado para se referir a uma ceia. Na França, o termo é usado mais comumente no Natal, mas também é usado no ano novo como “Réveillon de la Saint-Sylvestre”, pois o dia 31 de Dezembro é o dia de São Silvestre. No Brasil o termo se popularizou para se referir à festa de Ano Novo.

A comemoração ocidental tem origem num decreto do governador romano Júlio César, que fixou o 1 de janeiro como o Dia do Ano-Novo em 46 a.C. Os romanos dedicavam esse dia a Jano, o deus dos portões. O mês de Janeiro, deriva do nome de Jano, que tinha duas faces (bifronte) - uma voltada para frente (visualizando o futuro) e a outra

para trás (visualizando o passado). O povo Romano era politeísta ou seja, adorador de vários Deuses e Deusas. Não existe nenhum relato de que o povo Judeu, que viveu nessa mesma época, tenha comemorado o ano novo, nem os cristão que surgiram com a vinda do Messias tenham agido da mesma forma.

A passagem do ano-novo é, hoje, celebrada por todo o mundo e, normalmente, envolve queima de fogos de artifício em festas públicas, reuniões familiares ou com amigos, jantares ou ceias festivas e diferentes tipos de promessas e simpatias.

No Rio de Janeiro, há queima de fogos e shows musicais ao longo de toda a orla marítima da cidade. A principal congregação, entretanto, ocorre na Praia de Copacabana. Na virada de 2011 para 2012, a queima de fogos em Copacabana durou 16 minutos e contou com cerca de 2 000 000 de espectadores. Ainda na mesma festa, a cidade do Rio recebeu, do *World Travel Guide*, o prêmio de maior festa de *réveillon* do mundo.

Em São Paulo, a Avenida Paulista concentra a queima de fogos e as apresentações musicais. Em 31 de dezembro de 2008, a festa reuniu 2 400 000 pessoas, incluindo mais de 100 000 que eram turistas. Mais cedo, durante a tarde do dia 31, a cidade sedia anualmente a Corrida de São Silvestre, com um percurso de 15 quilômetros contornando o Centro da cidade.

Em Fortaleza, a principal queima de fogos acontece no aterro da Praia de Iracema. De 2009 para 2010, foram registrados 1 100 000 espectadores na festa.

Em Balneário Camboriú, em Florianópolis/SC, a principal queima de fogos é feita na orla central da praia (no centro da cidade). Foi considerada em 2012 como a 2º cidade com o maior réveillon (atrás apenas do Rio de Janeiro), com aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) pessoas presentes para a virada do ano.

Fim de Ano

*Mais um ano que passa,
mais um degrau galgado
Da vida, para mim,
íngreme e longa escada.
Recordo mil amores que
tive no Passado
E volto à juventude feliz,
despreocupada.*

*O espírito inquieto no
corpo já cansado,
Vou prosseguindo na
árdua caminhada,
Vivo o Presente sem
olvido do Passado
A mente pelo Amor se faz
iluminada.*

*O meu Pai me ensinou a
cultuar a Razão,
Co'a minha Mãe aprendi
as Razões do Coração,
Mescla formidável que
guia a minha Vida.*

*O sentimento maior para
mim é a Gratidão,
Que afasta do
pensamento a escuridão
E nos conforta na nossa
dura lida!*

R. Robinson S. Junior





APA FER J

Rua Álvaro Alvim, 21/2º andar CEP: 20031-010

Centro - Rio de Janeiro - Sede Própria

e-mail: diretoria@apaferj.org.br

portal: www.apaferj.org.br

Tel/Fax: (21)2532-0747 / 2240-2420 / 2524-6729

DIRETORIA

PRESIDENTE

José Marcio Araujo de Alemany

VICE-PRESIDENTE

Rosemiro Robinson Silva Junior

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Miguel Carlos Melgaço Paschoal

DIRETOR ADMINISTRATIVO

ADJUNTO

Maria Auxiliadora Calixto

DIRETOR FINANCEIRO

Fernando Ferreira de Mello

DIRETOR FINANCEIRO

ADJUNTO

Dudley de Barros Barreto Filho

DIRETOR JURÍDICO

Hélio Arruda

DIRETOR CULTURAL

Carlos Alberto Mambrini

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

e DIRETOR SOCIAL AD HOC

Antonio Carlos Calmon N. da

Gama

DIRETOR DE PATRIMÔNIO

Rosa Maria Rodrigues Motta

CONSELHO

DELIBERATIVO NATOS:

1. Wagner Calvalcanti de

Albuquerque

2. Rosemiro Robinson Silva Junior

3. Hugo Fernandes

TITULARES:

1. Francisco Pedalino Costa

2. Luiz Carlos de Araujo

3. Allam Cherém Soares

4. Fernando Carneiro

5. Emygdio Lopes Bezerra Netto

6. Edson de Paula E Silva

7. Sylvio Mauricio Fernandes

8. Tomaz José de Souza

9. Sylvio Tavares Ferreira

10. Maria de Lourdes Caldeira

11. Marília Ruas

12. Newton Janote Filho

13. Celina de Souza Lira

14. José Pires de Sá

SUPLENTES:

1. Ivone Sá Chaves

2. Maria Lucia dos Santos de Souza

3. Petrônio Lima Cordeiro

4. Alzira Matos Oliveira da Silva

5. Geraldo Gomes da Silva

CONSELHO FISCAL

TITULARES:

1. José Carlos Damas

2. Eunice Rubim de Moura

3. Waldyr Tavares Ferreira

SUPLENTES:

1. José Rubens Rayol Lopes

2. Maria Conceição Ferreira de

Medeiros

3. Carlos Cavalcanti de A. Ramos

ANIVERSARIANTES janeiro

- | | |
|--|--|
| 03 Aparecida Maria Nolasco
Lima - Ibama/Agu | 19 Helena Rosa Varella -
Cnen |
| 03 Regina de Moura
Abelheira - C.P.II | 19 Hilda Afonso Echeverria
Pinho - M. Faz |
| 04 Lyria Moreira Paiva - Mpas | 20 Elza Sebastiana Barreto -
M. Saúde |
| 05 Anna Lucia Tamm de
Araujo Moreira - Incra | 20 Sebastião Hermes
Pereira - Inss |
| 06 Reynaldo Freitas - Inss | 22 Antonio Cesar Silva
Mallet - Agu |
| 06 Rita Cristina Zampa da
Silva - Agu | 23 Lucy Caminha de
Almeida - Inss |
| 06 Ronaldo de Castro A. P.
e Albuquerque - Mpas | 23 Luiz Carlos Rabelo - M.
Saúde |
| 07 David dos Santos
Andrade - Unirio | 24 Egídio Antonio da Silva -
Ufrj |
| 07 Milton Gomes Monteiro
- Inpi | 24 Vanderlei José da Costa -
C.P.II |
| 08 Ricardo José de Souza e
Serpa - Agu | 26 Helio Rosalvo dos Santos
- Inss |
| 08 Ronaldo Lourenço
Cataldi - M. Trans | 26 Ivana de Assis Doria -
Ufrj |
| 10 Dagmar Cardoso - Inss | 27 Ahyr Delício Mozer -
Incra |
| 11 Iranah da Silva L. dos S.
Souza - Inss | 27 Raymundo Belford Roxo
- M. Transp |
| 12 Neisa Therezinha S. de
Moraes - M. Saúde | 27 Walter Faria Pacheco -
Inss |
| 13 Antonio Vidal Assimos -
M. Saúde | 29 Maria Conceição F. de
Medeiros - Inss |
| 13 Eduardo Henrique A. S.
de Moraes - Agu | 29 Marlene Carneiro - C.P.II |
| 15 Felisbina de Jesus
Amador Preto - Inss | 30 Diniz Figueiredo dos
Passos - C.P.II |
| 16 Maria Argentina L. de
Macedo - M. Saúde | 30 Eloisa Elena de S. L.
Ferreira - Inss |
| 17 Silene da Fonseca
Monteiro - Inss | 31 Rogerio Tompson de
Lima - Inss |
| 18 Jorge Gonçalves dos
Santos - M. Faz | |

Jornal da APAFERJ

Editor Responsável: Carlos Alberto Pereira de Araújo

Reg. Prof.: 16.783

Corpo Editorial: Antonio Calmon da Gama, Carlos Alberto Mambrini, Fernando Ferreira de Mello, Miguel Carlos Paschoal, Rosemiro Robinson Silva Junior.

Supervisão Geral: José Márcio Araújo de Alemany

Editores e Arte: Jane Fonseca - jane_fonseca@terra.com.br

Impressão: WalPrint

Tiragem: 2.000 exemplares

Distribuição mensal gratuita.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores

As matérias contidas neste jornal poderão ser publicadas, desde que citadas as fontes.

No próximo dia **29 de janeiro**
vamos fazer uma festa para
comemorar o seu aniversário
COMPAREÇA.
Com a sua presença haverá
mais alegria e confraternização.



Rosemiro Robinson S. Junior
Vice-Presidente

PEÇO A PALAVRA

O Samurai da Bahia

Meus caros e fiéis leitores: numerosos temas afloraram ao meu pensamento, quando cogitei escrever o último artigo do ano que se finda. Contudo, uma trágica e dolorosa ocorrência se impôs, compelindo-me a homenagear, com a alma enlutada, um amigo morto: o Dr. HUGO FERNANDES, 4º Presidente da APAFERJ, cuja trajetória lembra, *mutatis mutandis*, a saga dos samurais, que pontificaram no Japão Medieval e seguiam um Código de Honra, o Bushido, a exemplo do comportamento adotado pelo Dr. HUGO, esposo, pai e avô dedicado e amoroso, amigo leal e solidário e homem que dignificou as inúmeras e árduas tarefas que executou.

Nascido na pequena e florescente cidade de Nazaré das Farinhas, na Bahia, Dr. HUGO, ainda jovem, veio em busca do El Dorado, à época, o Rio de Janeiro, então Capital da República, galgando, com enorme sacrifício e incomum força de vontade, os degraus da longa escada vital, tendo

sido vendedor, soldado da Aeronáutica, Contador e, finalmente, Advogado, quando, na extinta Sunab, após obter aprovação em rigoroso Concurso Público, conseguiu o cargo de Procurador Autárquico Federal, depois de desgastante batalha judicial.

Ele teve a sorte de consorciar-se com a Professora HELOISA, mulher forte e combativa, que o ajudou a enfrentar as dificuldades que povoam a existência dos homens bons e honestos, bem como lhe deu quatro filhos, que ornamentaram e alegraram uma união lastreada no amor e na reciprocidade de sentimentos, que concedeu ao Dr. HUGO ânimo inquebrantável na busca por melhores condições de conforto e tranquilidade, o que transparecia no semblante sereno e agradável do Samurai da Bahia.

Após aposentar-se, já na condição de Procurador Federal, Dr. HUGO se dedicou, de corpo e alma, à APAFERJ, e eu tive o privilégio de contar com o seu apoio e o seu entusiasmo, quando exerci a Presidência desta Entidade, sendo ele o Vice-Presidente, cuja atuação foi fundamental para o êxito da minha administração, marcada pelo estabelecimento de eficaz

infraestrutura administrativa, notável crescimento da arrecadação e criação de Fundo de Reserva, que ele, já na posição de Presidente, ampliou de maneira extraordinária, possibilitando a aquisição da atual sede da APAFERJ, a reforma das instalações e a compra de móveis e equipamentos modernos, valorizando paroxisticamente o patrimônio desta Associação.

Contudo, o Dr. HUGO não limitou sua atuação aos cuidados com a parte material da APAFERJ, porquanto, inobstante a saúde precária, agravada pela marcha inexorável da senectude, lutou infatigavelmente no Congresso Nacional, nos Ministérios e noutros importantes foros, pelo fortalecimento e valorização dos Advogados Públicos Federais, agindo sempre de modo objetivo e firme, ouvindo as sugestões e acatando as críticas, sem alardear suas conquistas pessoais, porque ele inevitavelmente as dividia com todos nós, mercê de acendrada formação moral e religiosa, inerente a sua marcante personalidade.

Durante mais de três décadas de existência, a APAFERJ vem perdendo outros competentes e bravos guerreiros, cuja

ausência física é sentida em todos os momentos. Todavia, a falta que nos faz o Samurai da Bahia é inestimável, posto que ele, por mais de um decênio, fez da APAFERJ a extensão do seu lar e, assim, enquanto vivermos, veremos em cada sala, em cada móvel e em cada equipamento a imagem do Dr. HUGO FERNANDES, que nos legou a CASA DO PROCURADOR FEDERAL e nos deixou um magnífico exemplo de integridade, dedicação e força de vontade, estimulando-nos a prosseguir, coesos e confiantes, a fim de sermos dignos do grande Presidente, cujos feitos jamais serão obliterados pela poeira do tempo e pela névoa do esquecimento.

Enquanto escrevo, sinto a emoção dominar o meu raciocínio, mesmo porque Dr. HUGO partiu às vésperas do Dia de Natal, data em que os corações se enchem de alegria e solidariedade, comemorando o nascimento de Deus-Menino, que nos enterneceu com mensagens de amor e nos ilustrou com palavras de excelsa sabedoria. É costume, nessa data, a troca de presentes, quando há a brincadeira do amigo oculto e, em seguida, ocorre a

*Amicitia vera
similiis est
consanguinitati
proximiori*
“A verdadeira
amizade
assemelha-se ao
mais próximo
parentesco por
consanguinidade”
(*Enoma medieval*)

confraternização entre pessoas que se estimam e se respeitam, gerando momentos sublimes e inesquecíveis na memória de cada um.

Dr. HUGO FERNANDES, sob sua aparência de homem afável, justo e conciliador, era um místico e um romântico, autor de textos esotéricos e do livro Devaneios do Amor. Assim, apesar de haver ingressado nas brumas da Eternidade, ele estará espiritualmente presente nas nossas reuniões, nas nossas festas e nos nossos Congressos, porque a obra que construiu transforma o homem em monumento, majestoso e indestrutível, continuando integralmente vivo na nossa Lembrança e na nossa Saudade, bem como nos inspirando a permanecer firmes e fortes na longa e exaustiva guerra em prol do conseguimento dos nossos relevantes e justos objetivos. Muito obrigado, Dr. HUGO FERNANDES, o bravo Samurai da Bahia.